

Obra: MITCHELL, William C.; SIMMONS Randy T. **Para Além da Política – Mercados, Bem-Estar Social e o Fracasso da Burocracia**. Tradução de Jorge Ritter. Instituto Liberal: Rio de Janeiro, 2003.

Resenha por Luciana Gualda e Oliveira

Mitchell e Simmons são autores de obras e artigos onde analisam a Teoria do *Public Choice*. Ambos são PHD em Política Econômica pela Universidade de Oregan, onde Mitchell leciona Ciência Política. Simmons, por sua vez, também leciona Ciência Política e dirige o Instituto de Política Econômica da Universidade Estadual de Utah. A obra traz análise político-econômica do Estado do Bem-Estar Social implementada como justificativa das falhas produzidas pelo mercado que não seriam autocorrigíveis pelo mesmo, necessitando, dessa forma, da intervenção Estatal. Contudo, demonstra, por meio da prática dos atores envolvidos na definição das políticas públicas, que estas se mostram ineficientes, retratando que “o governo se tornou um veículo para o ganho privado à custa do público”¹, bem como explicita como os *free-riders* (caroneiros) e o *rent-seeking* (busca, caça de renda) se aproveitam das políticas públicas implementadas, mostrando cenário de que a intervenção estatal somente agrava as imperfeições verificadas no mercado, ampliando as desigualdades sociais e econômicas. Como solução, apresentam os autores, a Teoria da Escolha Pública, apontando propostas - privatização, uso racional de taxas, encargos e permissões de uso por parte do Estado, fim de subsídios, desregulamentação e reforma constitucional - para solucionar os problemas tratados, respeitando direitos de propriedade, a livre iniciativa e processos de mercado.

¹MITCHELL, William C.; SIMMONS Randy T. **Para Além da Política – Mercados, Bem-Estar Social e o Fracasso da Burocracia**. Tradução de Jorge Ritter. Instituto Liberal: Rio de Janeiro, 2003, p. 429.

A obra divide-se em quatro partes; a primeira trata das falhas de mercado demonstrada sob a perspectiva dos teóricos da doutrina do bem-estar social, trazendo as imperfeições do mercado como a possibilidade de formação de monopólios, o problema das externalidades negativas, entre outros, e a visão ideal do Estado que os teóricos do Bem-Estar Social apresentam, como sendo capaz de solucionar tais imperfeições. Na segunda parte expõe as falhas do governo, apresentando a “Escolha Pública”, onde deixa claro que as falhas do mercado não são corrigidas pela intervenção estatal, vez que se desviam para “promover outros tipos de interesses”². Os autores inicial a abordagem criticando o processo político democrático, apontando o voto como mecanismo ineficaz no processo e os vários interesses envolvidos que se sobrepõem (eleitores, políticos, burocratas), e, ainda, a ausência de coerência retratando:

(...) como contribuinte, o cidadão está interessado no tamanho agregado do orçamento e apóia gastos menores, inflação reduzida e maior crescimento econômico. Como beneficiário dos gastos do governo, o mesmo cidadão apóia um aumento nos subsídios ou favores para sua companhia ou empregador, assim como regulamentação de sua profissão por parte do governo, ele tem pouco interesse no total do tamanho do orçamento. Previsivelmente, esses últimos interesses são geralmente aptos a serem mais intensamente sentidos do que os compromissos do contribuinte.³

Na terceira parte os autores demonstram as manipulações ocorridas em relação aos gastos públicos e políticas fiscais onde o que se considera efetivamente são os votos a mais ganhos ou perdidos na análises das políticas a serem aplicadas. Analisam os atores sociais: políticos, burocratas, que afirmam zelar pela ineficiência na alocação das verbas públicas, e os grupos de interesses, onde concluem que “a escolha coletiva é, em consequência, inerentemente coercitiva e irracional no sentido econômico

² Cf. MITCHELL, William C.; SIMMONS Randy T, op. cit., p. 99.

³ Ibidem, p.112.

do termo, isto é, ineficiente”⁴, demonstrando como agem os *free riders*, analisando as políticas públicas e conseqüências perversas que propiciam.

Por fim apontam propostas possíveis para o Estado Americano, quer sejam: privatização, que alegam se realizada de forma correta tem o condão de reduzir custos e passam a ser geridas pelas leis de mercado; eficiência econômica, que acreditam ser possível por meio da implementação ou o uso mais racional de “taxas, encargos e permissões de usos”⁵ a redução de ineficiências e inequidades, conseguida também pelo fim de subsídios; a reforma na regulamentação utilizada pela administração pública e desregulamentação protetiva com relação aos indivíduos e grupos sociais, que afirmam “deveriam ser trocadas pelo estabelecimento de direitos de propriedade”, e, por fim a reforma Constitucional aplicando restrições e estímulos aos políticos para que haja interesse dos mesmos na adoção de políticas públicas eficientes.

Apesar de escrito para a realidade dos Estados Unidos, analisando em parte a política pública adotada pelo governo Reagan, a obra parece retratar a realidade brasileira, todos os problemas reportados em relação as políticas públicas adotadas e a ineficiência destas são vivenciadas no Brasil. A abordagem sobre a ineficácia do voto como mecanismo de representatividade do contexto democrático, os interesses reais e sempre distorcidos dos atores sociais, enfim, retratam a realidade não somente de países desenvolvidos como os Estados Unidos, mas também de demais países periféricos. A crítica que se faz, apesar de bastante realista a descrição da atuação do mercado e das políticas públicas, apontando as falhas existentes em ambos, é com relação as propostas apresentadas para a solução dos problemas de escolhas públicas ineficientes. Sendo as propostas implementadas pelos mesmos processos e atores ineficientes das escolhas de políticas públicas, quer sejam burocratas, políticos, como entender que as mesmas sejam possíveis? Outro ponto importante a ser pensado é que efetivamente o processo de privatização no Brasil não gerou a eficiência

⁴ Ibidem, p.143.

⁵ Cf. MITCHELL, William C.; SIMMONS Randy T, op. cit., p. 417.

esperada e muito menos a redução de gastos esperada, da mesma forma que os doutrinadores da Escolha Pública esmiuçaram o que se verifica nas entrelinhas do processo político democrático e das escolhas por políticas públicas, não seria possível que as propostas apresentadas tornem-se tão ineficientes quanto as demais escolhas, e pelos mesmos motivos?